



**Ministério
das Finanças**

Direção Nacional de Receitas do Estado

Fiscalidade e Justiça

Liza Helena Vaz





Simplicidade

Eficiência

Combate fuga
evasão fiscal

Capacidade
Contributiva

Celeridade/Decisões
em tempo útil

Estabilidade

Equidade

Planeamento vs
Fuga Elisão Fiscal

Progressividade

Ética na gestão da
coisa pública

Transparência

Bem estar Social



2. Justiça Fiscal e Justiça Social: um ciclo indivisível

- **Não há separação entre justiça fiscal e social**, pois uma sustenta a outra num ciclo contínuo:
- **O cidadão paga impostos de acordo com sua capacidade contributiva**, garantindo o mínimo existencial e respeitando diferenças individuais.
- **O Estado parceiro** tem o dever de usar esses recursos para **prover serviços públicos de qualidade, com ética e transparência**.
- Este ciclo reforça a **confiança mútua** entre contribuinte e Estado, garantindo a estabilidade social e política
- **Fiscalidade é uma ferramenta de desenvolvimento**





3. Papel da Administração Tributária

➤ Administração Tributária

- Deve atuar de acordo com a **lei, os princípios constitucionais e a justiça fiscal.**
- **Garantia dos contribuintes**
- **Princípio da participação dos contribuintes**
- **Princípio do Contraditório**
- **Princípio da Cooperação**
- **Eficiência nos processos de cobrança e inspetivos como um fator de justiça**
- **Decisões em tempo útil**



3. Papel da Administração Tributária e dos Tribunais

➤ Tribunais

- São guardiões da **segurança jurídica**: garantem que a interpretação das leis respeite o princípio da legalidade, a tipicidade fechada e os direitos fundamentais do contribuinte.
- Contribuem para um **sistema previsível e coerente**, consolidando entendimentos que evitem arbitrariedades.
- A **Celeridade** das decisões judiciais como um fator de justiça



5. Conclusão- Aspetos a reter

- União entre **justiça fiscal e justiça social** é um ciclo que sustenta o Estado de Direito:
- O contribuinte cumpre seu dever de pagar impostos de forma justa.
- O Estado deve usar esses recursos de forma ética, eficaz e voltada ao bem comum.
- A Administração Tributária e os Tribunais garantem que todo o sistema funcione com **legalidade, previsibilidade e respeito aos direitos fundamentais**, promovendo a confiança e evitando arbitrariedades.



Ministério
das Finanças

Direção Nacional de Receitas do Estado

Quando todos pagam, pagamos menos!



**Ministério
das Finanças**

Direção Nacional de Receitas do Estado

Muito Obrigada